

**AO JUÍZO DA OITAVA VARA CRIMINAL DE
XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Processo nº.: XXXXX

FULANO DE TAL, devidamente
qualificado nos autos, vem, por intermédio da **Defensoria
Pública do XXXXXXXXXXXX** (LC nº 80/94, artigos 4º, incisos I e V, e
89, inc. XI), com fulcro no art. 403,
§3º, do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS (em memoriais)

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O réu, juntamente com outro corréu, foi denunciado como
incurso no artigo 157, §2º, inciso II e VII, do Código Penal,
conforme inicial acusatória de ID XXXXXXXX.

Recebida a denúncia em 01.10.2021 (ID XXXXX), a réu
foi citado por edital e, por não comparecer ou constituir advogado,
o processo e a prescrição foram suspensos (ID XXXXXXXX).

Na sequência, houve produção antecipada de provas (ID:
XXXX), sendo ouvidas as testemunhas policiais FULANO DE TAL
E FULANO DE TAL (ID: XXXXXXXX).

Posteriormente, o réu foi localizado (ID: XXXXXXXX) e o processo prosseguiu com relação a ele, que apresentou resposta à acusação por meio da Defensoria Pública (ID: XXXXXX). Não sendo caso de absolvição sumária, foi designada audiência para interrogatório do acusado, o qual não compareceu, sendo reconhecida sua revelia (ID: XXXX). Na fase do art. 402, do CPP, nada foi requerido (ID: XXXXX).

O Ministério Público apresentou alegações finais pugnando pela procedência parcial da pretensão punitiva (ID XXXXXXXXXXXX), condenando o réu como incurso nas sanções do art. 157, §2º, inciso II e VII do Código Penal.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memorial.

Eis a síntese do necessário.

II- DO MÉRITO

II.1- DA ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DO ACERVO

PROBATÓRIO. Ausência de participação do réu. Nenhum objeto encontrado em seu poder. Depoimento do corréu.

Estabelece o artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal que “o juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça (...) não existir prova suficiente para a condenação”. Trata-se da positivação dos princípios do “in dubio pro reo” e do “favor rei”, segundo os quais em caso de dúvida deve sempre prevalecer o interesse do acusado.

Ressalte-se, como consignado por XXXXXX, que, na verdade, a absolvição por insuficiência de provas não se traduz num favor, mas numa consequência natural da ausência de prova da narrativa acusatória.

No caso, **não há nos autos provas de autoria delitiva suficiente para a condenação da ré nos moldes pretendidos, consoante se passa a observar.**

Inicialmente, **destaca-se que a vítima não prestou depoimento em sede judicial, sendo dispensado seu depoimento pela acusação**, consoante se infere da ata de ID XXXXXXXXXXXX. Em outras linhas, mesmo com todo aparato estatal ao seu lado, o ministério pública expressamente perdeu a chance de produzir arranjo probatório robusto, indo além da simples judicialização do inquérito policial como se verificou no caso em apreço.

Ao se analisar o que foi produzido durante a instrução, tem-se que o policial militar FULANO narrou que recebeu via Copom a informação de roubo na rodoviária; que iniciaram o patrulhamento e encontraram os indivíduos correndo e fizeram a abordagem; que localizaram os pertences da vítima; que a vítima fez o reconhecimento; **que não se recorda se o réu era um dos abordados**; que **dois rapazes foram abordados e levados à delegacia**; **que os objetos estavam com um dos rapazes, mas não se recorda com quem**; que outra guarnição conversou com a vítima; que, salvo engano, tinha mancha de sangue na roupa de um deles; que eles negaram o roubo e disseram que presenciaram o fato, mas que o roubo tinha sido realizado por outra pessoa.

Ou seja, uma narrativa cheia de abstrações e incertezas.

Igualmente, o policial militar disse que sua equipe realizou a abordagem nas proximidades da rodoviária; que

receberam a informação do roubo e presenciou duas pessoas correndo com uma mochila; que os rapazes tentaram correr mas foram abordados próximo ao Conic; que estavam com a mochila e outros bens da vítima; que reconhece o réu como uma das pessoas abordadas; **que na posse do réu estavam todos os objetos;** que não se recorda a versão do réu; que não se recorda o que o outro rapaz abordado disse; que não se recorda com quem estava a mochila; que FULANO estava com manchas de sangue no shorts; que a vítima disse que FULANO desferiu o golpe de faca; que os rapazes foram mostrados à vítima na delegacia; que a vítima foi socorrida ao hospital de base; que a vítima informou as características dos autores; que era de madrugada e só os dois estavam correndo com a mochila; que a vítima reconheceu seus pertences; que sua equipe não localizou; a faca e não se recorda se a outra equipe localizou; que não se recorda se a vítima disse se havia mais uma pessoa no roubo.

No depoimento acima, resta evidente que os objetos foram encontrados com o corréu XXXXX, não sendo nada encontrado na posse do réu XXXXXX. Isso é corroborado com os depoimentos dos mesmos policiais em sede extrajudicial. Consoante ID XXXX, pg. 1, o policial X relatou em delegacia que encontraram ***“em poder do X uma mochila contendo pertences e a carteira de identidade de X X, vítima do roubo.”*** Ou seja, não havia nada no poder do réu XXXXXX.

O próprio réu, não obstante ser revel, em delegacia detalhou os fatos negando qualquer participação, afirmando apenas que presenciou a empreitada criminosa cometida pelo

corréu XXXXXXXXXX com outro desconhecido e que somente saiu com o corréu da rodoviária (ID XXXXX, pg. 7). Vejamos:

Dessarte, certo que, ao se considerar o arranjo probatório, não há elementos aptos a cristalizar qualquer participação do réu na empreitada criminosa. Nessas circunstâncias, a jurisprudência do E. TJ/DFT mantém o seguinte entendimento:

PENAL. APELAÇÃO. CRIME DE FURTO CIRCUNSTANCIADO PELO REPOUSO NOTURNO E QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. AUTORIA DELITIVA. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. DÚVIDA QUE BENEFICIA O RÉU. ABSOLVIÇÃO MANTIDA.

RECURSO DESPROVIDO. 1. **Não havendo provas suficientes quanto à participação do acusado no crime descrito na denúncia, deve ser mantida a sua absolvição, pois no sistema processual penal brasileiro vige o princípio do in dubio pro reo, segundo o qual a dúvida sempre deve ser empregada em favor do acusado.** 2. Recurso conhecido e desprovido. (Acórdão 1422750, 00074487220168070008, Relator: DEMETRIUS GOMES

CAVALCANTI, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 12/5/2022, publicado no PJe: 24/5/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (grifo nosso)

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. CONCURSO DE PESSOAS. REPOUSO NOTURNO. RECURSO DA DEFESA. ABSOLVIÇÃO. AUTORIAS DUVIDOSAS. AUSÊNCIA IMOTIVADA DE PERÍCIA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.

RECURSOS PROVIDOS. 1. A palavra as testemunhas policiais, no que toca às funções que desempenham nessa condição, goza de presunção de veracidade, apresentando relevante força probatória, mormente se corroborada por outro elemento de prova. Porém, não é suficiente para a condenação o fato dos policiais terem abordados os réus sentados, abraçados, em frente à porta

arrombada do mercado vítima, ainda que posicionados de maneira a ocultar o dano na porta e garrafas de bebidas retiradas do local. 2. Os réus não estavam com a quantia monetária subtraída do caixa do estabelecimento comercial. Os policiais cogitaram a participação de um terceiro indivíduo no evento delituoso, o qual não foi localizado. A mínima dúvida, diante da possibilidade de não terem sido os réus os autores da subtração mediante arrombamento, obsta a condenação - ainda que as circunstâncias sugiram que pretendessem, ilicitamente, apropriarem-se das garrafas encontradas em via pública. 3. Nos

termos do artigo 158 do Código de Processo Penal, quando a infração deixar vestígios, é imprescindível a realização do exame pericial, o qual somente poderá ser dispensado e suprido por outros meios de prova se desaparecidos os vestígios. Não há prova do rompimento de obstáculo nem justificativa para a inércia, não havendo também prova de compatibilidade do emprego de uma faca (objeto encontrado com o réu) com o arrombamento do cadeado. 4. Os réus não foram vistos pelos policiais militares dentro do estabelecimento comercial, não estavam carregando os objetos do furto, não estavam com a quantia em dinheiro subtraída do caixa do estabelecimento e não há laudos de exame pericial (tais como papiloscópico ou de arrombamento) capazes de vinculá-los ao crime de furto mediante arrombamento de obstáculo, praticado durante o repouso noturno, sendo imperiosas suas absolvições por insuficiência de provas, nos moldes do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

5. Diante de dúvida razoável acerca do envolvimento do réu no delito, fragilizando um possível decreto condenatório, é sempre bom lembrar que no processo penal, havendo dúvida, por mínima que seja, deve ser em benefício do réu, com a necessária aplicação do princípio do "in dubio pro reo", medida que se impõe no presente caso.

6. Recursos providos. (Acórdão 1421228, 07003860420208070006, Relator: SILVANO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 5/5/2022, publicado no PJe: 16/5/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (grifo nosso)

Sobre a absolvição por falta de provas, é o magistério do professor Renato Brasileiro¹:

Como se demanda um juízo de certeza para a

prolação de um decreto condenatório, caso persista uma dúvida razoável por ocasião da prolação da sentença, o caminho a ser tomado é a absolvição do acusado.

Com amparo nesses fundamentos do delito constitucional pátrio - erigidos à categoria de verdadeiros dogmas entre as regras do sistema de persecução criminal brasileiro-, é possível afirmar que o princípio constitucional da presunção de inocência

¹ BRASILEIRO, Renato. Manual de Processo Penal. Volume único. 2ª edição, 2014. Pg. 1426

atribui à acusação o ônus de descobrir hipóteses e provas, devendo o juiz aceitar a tese acusatória somente quando suficientemente provada (*nulla acusatio sine probatione*).

Continuando, no presente processo, **as provas que vieram aos autos são incapazes de afirmar, com a segurança que demanda o processo penal, a integral veracidade das imputações formuladas na inicial acusatória. Pelo contrário.**

Assim, em essência, o que se tem é apenas o depoimento **extrajudicial** do corréu XXXXX imputando a prática delitiva também para o réu XXXXXXXX. Nada além disso, porquanto, frise-se, a acusação dispensou o depoimento da vítima.

Nesse sentido, o depoimento extrajudicial do corréu não pode ser aceito e assim servir para dar suporte a uma condenação e tampouco sua juntada aos autos pode ser admitida, em razão da **incompatibilidade da condição de corréu e testemunha** em relação a um mesmo contexto fático.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. OITIVA DE CO- RÉU COMO TESTEMUNHA OU INFORMANTE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. O sistema processual brasileiro não admite a oitiva de co-réu na qualidade de testemunha ou, mesmo, de informante, como quer o agravante. Exceção aberta para o caso de co-réu colaborador ou delator, a chamada delação premiada, prevista na Lei 9.807/1999. **A hipótese sob exame, todavia, não trata da inquirição de acusado colaborador da acusação ou delator do agravante, mas**

**pura e simplesmente da oitiva de co-
denunciado. Daí por que deve ser aplicada
a regra geral da impossibilidade de o co-
réu ser ouvido como testemunha ou,
ainda, como informante. Agravo
regimental não provido.** (AP 470 AgR-
sétimo, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA,
Tribunal Pleno, julgado em 18/06/2009, DJe-
186 DIVULG 01-10-2009 PUBLIC 02-10-2009
EMENT VOL-02376-01 PP-00020 RSJADV
nov., 2009, p. 30-31)

Sobre o tema, o E. TJ/DFT já produziu o seguinte entendimento:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO.

PROVA EMPRESTADA. DEPOIMENTO DE CORRÉU NÃO CONFIRMADOS POR OUTROS MEIOS DE PROVA. INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS DE AUTORIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO.

SENTENÇA REFORMADA.1. Se ao término da instrução criminal, remanescem dúvidas razoáveis quanto à autoria do delito, a absolvição é medida que se impõe, em razão do princípio in dubio pro reo. 2. A prova emprestada pode ser utilizada como elemento de convicção, desde que corroborada por outros elementos constantes nos autos, observado o princípio do contraditório. 3. **O depoimento de um dos autores do roubo imputando ao seu comparsa a coautoria, quando não corroborado por meios idôneos de prova, é insuficiente para sustentar a condenação.**4. Recurso conhecido e provido.(Acórdão 1132095, 20170610076746APR, Relator: JESUINO RISSATO, Revisor: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 3ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 18/10/2018, publicado no DJE: 23/10/2018. Pág.: 112/117) (grifo nosso)

Isto posto, em razão da insuficiência probatória para confirmar a autoria do ato narrado na peça acusatória e não havendo que se falar em mera probabilidade para a condenação, com esteio na garantia constitucional da presunção de inocência, materializada no princípio do in dubio pro reo como regra de julgamento, a absolvição do acusado é imperiosa.

Com essas considerações, a defesa técnica do acusado, exercida pela Defensoria Pública do Distrito Federal, pugna pela absolvição de **FULANO DE TAL**, nos termos do inciso VII do artigo 386 do Código de Processo Penal.

III. DA DOSIMETRIA

III.1 - Da fixação da pena em seu patamar mínimo

Apenas por extremo cuidado e no caso de se produzir eventual condenação, o que, frise-, não se espera de forma alguma, deverá a pena ser fixada atendendo-se os critérios previstos no art. 59 do Código Penal, quais sejam: a *culpabilidade*, aos *antecedentes*, à *conduta social*, à *personalidade do agente*, aos *motivos*, às *circunstâncias e consequências* do crime, bem como ao *comportamento da vítima*.

In casu, todas as circunstâncias devem ser interpretadas favoravelmente a réu, não havendo o que se valorar negativamente. Igualmente, conforme FAP de ID XXXXXXXX, o réu é primário.

Dessarte, a medida de justiça, para o caso de condenação, é a fixação da pena base em seu mínimo legal, assim como de regime inicial nunca mais grave do que o aberto.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a defesa requer a absolvição do acusado, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal.

Subsidiariamente, em caso de condenação, a qual não se espera, requer a fixação da pena no patamar mínimo, determinando o início de cumprimento no regime aberto.

Defensor Público do X X